

Programa de Ocupação das Vagas Ociosas da Unioeste Provou 2020 – Modalidade Presencial

Curso de Direito – Francisco Beltrão – 2ª Série

ORIENTAÇÕES DE PROVA:

1. CADERNO DE PROVAS:

- 1.1 Não folheie este caderno até que seja autorizado pela fiscalização;
- 1.2 Este caderno contém 20 (vinte) questões relacionadas ao conteúdo da prova para a 2ª série do curso de Direito do Câmpus de Francisco Beltrão;
- 1.3 Após autorização da fiscalização, verifique se a impressão deste caderno está em ordem.
- 1.4 É de inteira responsabilidade do candidato informar qualquer problema de impressão para que as providências necessárias sejam tomadas.

2. CARTÃO-RESPOSTA:

- 2.1 Assine seu cartão e verifique se seus dados estão corretos e se ele tem alguma falha de impressão.
- 2.2 Qualquer divergência ou problema deve ser imediatamente informado à fiscalização que lhe orientará quanto as medidas necessárias para correção, se necessário;
- 2.3 Preencha-o utilizando a caneta;
- 2.4 TODO o quadrículo deve ser preenchido e apenas uma alternativa deve ser marcada, sem rasura de qualquer natureza, sob pena de perda dos pontos relativos à questão;
- 2.5 Não amasse, não dobre e não suje o cartão de respostas, sob pena de impossibilidade do não-reconhecimento das respostas pelos equipamentos de leitura e perda dos pontos relativos à questão.

3. TEMPO DE PROVA E PERMANÊNCIA NA SALA:

- 3.1 A duração da prova é de 3 (três) horas e neste período está contado o tempo para o preenchimento do cartão.
- 3.2 É proibido sair da sala de provas antes das 15:00 horas, sob pena de desclassificação;
- 3.3 Ao término da prova, para retirar-se da sala, entregue o cartão de respostas ASSINADO;
- 3.4 Respeitados os horários e normas previstas em Edital, você poderá levar consigo sua prova;
- 3.5 Não esqueça de levar seus pertences.

DECLARAÇÃO

O fiscal abaixo assinado declara ter recebido o Cartão de Respostas do candidato acima identificado.

Nome do Fiscal

Assinatura do Fiscal

Provou 2020 – Modalidade Presencial
Curso de Direito – Francisco Beltrão – 2ª Série

1. De acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), sobre a citação direta é correto afirmar que:

A.	Consiste na substituição das palavras do autor, sem qualquer respeito a suas características originais.
B.	As citações diretas, no texto, de até três linhas, devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra menor que a do texto utilizado e sem aspas.
C.	As citações diretas, no texto, com mais de três linhas, devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra menor que a do texto utilizado e sem aspas
D.	As citações diretas, no texto, com mais de três linhas, devem estar contidas entre aspas duplas.
E.	As aspas duplas são utilizadas para indicar citação no interior da citação. As aspas simples nunca são utilizadas em citações diretas.

2. Assinale a alternativa incorreta:

A.	De acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), referência é um conjunto de elementos descritivos, retirados de um documento, que permite sua identificação individual.
B.	Os elementos essenciais de uma referência são aqueles indispensáveis à identificação do documento, como autor, título, local, editor ou produtor, ano/data de publicação ou produção
C.	De acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o resumo informativo informa ao leitor finalidades, metodologia, resultados e conclusões do documento, de tal forma que este possa, inclusive, dispensar a consulta ao original.
D.	De acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), citação indireta é um conjunto de elementos descritivos, retirados de um documento, que permite sua identificação individual.
E.	O plágio é uma atividade considerada ilegal, e se realiza a partir da situação em que alguém assume a autoria por algo que não é de sua própria autoria.

3. O elemento humano de um Estado pode ser caracterizado de diversas formas. Verifique qual a alternativa abaixo que corretamente expressa o conceito constante.

A.	A população trata-se de uma questão de atribuição de caráter cultural e fenomenológico ao elemento humano.
B.	O povo é a retratação do grupo de pessoas que possui um vínculo jurídico político com o Estado, fundado no fato de estarem estas pessoas presentes no país no momento de sua criação.
C.	O povo é a retratação do grupo de pessoas que possui vínculo jurídico político com o Estado, fundado no compartilhamento de um modal cultural vinculativo.
D.	A nação é o grupo de elementos humanos vinculados por um sentimento de pertença, normalmente atribuídos àqueles que possuam uma mesma origem de nascimento.
E.	O elemento humano de um Estado pode ser analisado de forma quantitativa ou qualitativa, dependendo de suas características, sendo o primeiro aquele que se preocupa com critérios de seletividade dos elementos de acordo com características específicas, enquanto que o último adota critérios de montante.

4. Leia a citação abaixo e assinale a alternativa correta.

“A função do partido é portanto diferente daquela que ele tem no pluralismo democrático. A eleição configura-se secundária, destituída já do caráter competitivo, sem o diálogo das opiniões contraditórias. Toma, portanto, o aspecto plebiscitário de mera designação ou ratificação de escolha anteriormente feita. Mas nem por isso deixa o partido de desempenhar papel de suma importância, visto que lhe cabe, segundo Levi Bruhl, manter o contato entre o governo e as massas populares, constituir as elites do poder e sustentar a propaganda oficial do regime.” (Paulo Bonavides)

A organização política descrita acima pode ser classificada como um Estado:

A.	Monárquico.
B.	Democrático.
C.	Autoritário.
D.	Totalitário.
E.	Nenhuma das alternativas anteriores.

5. Sobre os sistemas para eleições parlamentares está correto dizer que:

A.	O sistema majoritário ou distrital puro tem como vantagens a facilitação à representação das minorias e a tendência de fortalecimento do voto ideológico; como desvantagem, entre outras, o risco de criação de distritos arbitrários (prática conhecida como gerrymandering).
B.	O sistema proporcional com lista aberta tem como vantagens a simplicidade da sua compreensão pelo eleitor e a facilitação da fiscalização da atuação política dos eleitos pela população; como desvantagem, entre outras, o alto custo das campanhas eleitorais.
C.	O sistema proporcional com lista fechada tem como vantagens o desestímulo ao populismo e à personalização da política e a possibilidade de adoção do financiamento exclusivamente público das campanhas; como desvantagem, entre outras, o risco de aumento desmesurado dos poderes dos líderes partidários (“caciques políticos”).
D.	Quando realizado no sistema proporcional ele possibilita a realização de atividades de controle como o caso do Recall Político, que em razão da não mais representatividade dos eleitos a estrutura de sustentação pede a sua substituição, independentemente do período do mandato.
E.	Nenhuma das assertivas acima está correta.

6. (OAB XXXI – Exame de Ordem Unificado - Adaptada) - João, único herdeiro de seu avô Leonardo, recebeu, por ocasião da abertura da sucessão deste último, todos os seus bens, inclusive uma casa repleta de antiguidades. Necessitando de dinheiro para quitar suas dívidas, uma das primeiras providências de João foi alienar uma pintura antiga que sempre estivera exposta na sala da casa, por um valor módico, ao primeiro comprador que encontrou. João, semanas depois, leu nos jornais a notícia de que reaparecera no mercado de arte uma pintura valiosíssima de um célebre artista plástico. Sua surpresa foi enorme ao descobrir que se tratava da pintura que ele alienara, com valor milhares de vezes maior do que o por ela cobrado. Por isso, pretende pleitear a invalidação da alienação. A respeito do caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A.	O negócio jurídico de alienação da pintura celebrado por João está viciado por lesão e chegou a produzir seus efeitos regulares, no momento de sua celebração.
B.	O direito de João a obter a invalidação do negócio jurídico, por erro, de alienação da pintura, não se sujeita a nenhum prazo prescricional.
C.	A validade do negócio jurídico de alienação da pintura subordina-se necessariamente à prova de que o comprador desejava se aproveitar de sua necessidade de obter dinheiro rapidamente.
D.	Se o comprador da pintura oferecer suplemento do preço pago de acordo com o valor de mercado da obra, João poderá optar entre aceitar a oferta ou invalidar o negócio.
E.	Não há possibilidade de anular qualquer negócio jurídico por lesão.

7. Assinale a alternativa incorreta:

A.	De acordo com a Constituição, qualquer tribunal pode, de ofício ou mediante provocação, após reiteradas decisões no mesmo sentido, editar súmulas com caráter vinculante aos órgãos públicos e à sociedade.
B.	De acordo com o CPC, os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência, e mantê-la estável, íntegra e coerente.
C.	Pela sua grande influência na aplicação judicial do direito, a doutrina deve ser considerada fonte jurídica formal, apesar de não prevista como tal na LINDB.
D.	A analogia é um meio de integração do direito que se funda no princípio da autoridade, afastando a extensão dos efeitos de uma lei a casos não regulados por decisão judicial.
E.	Todas as assertivas acima estão corretas.

8. Leia o trecho abaixo da matéria* publicada no site da ONU cujo título é: afirma **“Situação da Síria é ‘uma mancha em nossa consciência coletiva’, destaca chefe humanitário da ONU”**

“Na Síria, 13,5 milhões de pessoas precisam de assistência. Cerca de 72% da população não tem acesso à água potável e 400 mil pessoas estão sitiadas. Operações da ONU estão subfinanciadas.

Ao final de sua [segunda visita oficial à Síria](#), nesta segunda-feira (14), o subsecretário-geral da ONU para assuntos humanitários, Stephen O’Brien, alertou a comunidade internacional sobre os 13,5 milhões de pessoas que precisam de assistência humanitária no país. O dirigente destacou que as operações da ONU estão subfinanciadas. O plano de resposta das Nações Unidas e parceiros para assistir a população em 2016 precisa de 3,2 bilhões para ser implementado.

De acordo com O’Brien, dos mais de 13 milhões de sírios que necessitam de auxílio, 6,5 milhões são pessoas internamente deslocadas. Estima-se que 2 milhões de crianças tiveram que abandonar os estudos. Cerca de 72% da população não tem acesso à água potável na Síria. **“Essa situação é inaceitável, uma mancha em nossa consciência coletiva”, afirmou o chefe humanitário. (...)**”

*Fonte: <https://nacoesunidas.org/situacao-da-siria-e-uma-mancha-em-nossa-consciencia-coletiva-destaca-chefe-humanitario-da-onu/> Publicado em 15/12/2015

Questão: De acordo com a teoria durkheimiana o significado de consciência coletiva, seria dado por qual definição (marque a alternativa correta).

A.	Representa um conjunto de regras e valores sociais que se coloca acima das consciências individuais, estabelecendo uma coesão social fundada nas diferenças entre os membros da sociedade.
B.	Representa o conjunto de crenças, hábitos e sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade, agindo sobre as consciências individuais e estabelecendo um padrão de comportamento.
C.	A filosofia moral trata do tema da virtude o mais valioso dos objetos da filosofia. A metafísica nasce da tentativa de se questionar sobre a vida e sobre as experiências.
D.	Está intimamente relacionada à sociedade de grande divisão social do trabalho, sendo predominante no tipo de solidariedade orgânica, uma vez que estabelece um alto grau de conformidade e semelhanças a esse tipo de organização social.
E.	Nenhuma das alternativas anteriores.

9. Quais os dois pontos de desacordo de Hume e que o caracteriza como cético?

A.	Experiência e dedução.
B.	Razão e metafísica.
C.	Sentidos e metafísica.
D.	Costume e religião.
E.	Razão e lógica.

10. Leia os dois argumentos abaixo e responda a pergunta tendo como parâmetro a teoria durkeimiana de justiça:

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulga uma pesquisa sobre a confiança do brasileiro na justiça denominada ICJBrasil, em 24 Outubro de 2017 a FGV publicou no seu site a seguinte informação:

Confiança da população nas instituições cai. Dados coletados pelo **ICJBrasil** (Índice de Confiança na Justiça), produzido pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (Direito SP), revelaram **queda na confiança da população** em praticamente todas as instituições analisadas, na comparação com o relatório de 2016. As que sofreram as quedas mais acentuadas foram o **Poder Executivo** (45%) e **Congresso Nacional** (30%).

À exceção de **redes sociais**, que viu a confiança subir 61% de um ano para o outro, e da **Polícia**, que registrou um leve incremento de 4%, a confiança do brasileiro nas outras instituições analisadas caiu. Destaques para **Sindicatos** (-29%), **Ministério Público** (-22%), **Poder Judiciário** (-17%), **Grandes Empresas** (-15%), **Emissoras de TV** (-9%), **Igreja Católica** (-7%) e **Forças Armadas e Imprensa Escrita**, ambas com queda de 5%. **Partidos políticos** mantiveram um patamar de 7% na confiança e deixaram o posto de instituição menos confiável pelos brasileiros para o **Governo Federal**, com apenas 6%.

Pela primeira vez, o ICJBrasil incluiu o **STF** na avaliação, a fim de verificar se o brasileiro difere o trabalho da Suprema Corte do restante do Judiciário. A confiança da população no Supremo Tribunal Federal é de 24%, assim como na Justiça.

Luciana de Oliveira Ramos, coordenadora do ICJ, atribui esse desempenho à intensa exposição das falhas e acertos de todas essas instituições na mídia com o desenrolar dos últimos episódios políticos.

“A pesquisa captou um momento em que o brasileiro passou a acompanhar com mais preocupação os movimentos de **combate à corrupção**. Ao ampliar seu conhecimento sobre as instituições, ele passou a acreditar menos nelas. Além disso, o descolamento das demandas da população com os interesses dos **Poderes da República** colabora para uma visão menos alentadora do brasileiro”, explica a pesquisadora.

A confiança da população no **Judiciário** também apresentou uma queda de 10 pontos percentuais entre 2013 a 2017, passando de 34% para 24%. “Esse dado é significativo, tendo em vista que nos anos anteriores não havia grandes oscilações no grau de confiança na Justiça”, destaca Luciana. (...)

As instituições que mais tiveram queda no seu grau de confiança foram o Governo Federal, que passou de 29% para 6%, o Ministério Público, de 50% para 28% e as grandes empresas, cuja confiança passou de 43% para 29%.

Fonte: <https://portal.fgv.br/noticias/icjbrasil-2017-confianca-populacao-instituicoes-cai>

Questão: Analisando os dados apresentados pela pesquisa da FGV e tendo como parâmetro a teoria de Durkheim é possível afirmar que o autor funcionalista tinha a seguinte percepção sobre o papel da Justiça nas sociedades modernas:

A.	A crença individual na justiça em uma sociedade que se individualizou e modernizou pela divisão do trabalho coesão social é irrelevante para a coesão social.
B.	Essa teoria não se aplica ao Brasil atual, pois a época que vivemos é substancialmente diferente do período de Durkheim, de outro lado, o individualismo, em si mesmo é desejável e não traz qualquer perigo para a ordem social não sendo, portanto, um parâmetro sociologicamente válido para os dias atuais.
C.	Nas sociedades modernas, como em todas as sociedades a relação entre os indivíduos e o grupo não é importante, pois esse relacionamento é transformado pelo fato de que o homem se tornou por demais conscientes de si mesmo deixando de se preocupar pelos imperativos sociais da justiça.
D.	Para Durkheim os indivíduos nas sociedades modernas não precisam se preocupar com a justiça, pois essa se tornou uma instituição confiável e basta a si mesma para ditar os imperativos sociais.
E.	Mesmo nas sociedades baseadas na diferenciação individual, subsiste o equivalente da consciência coletiva das sociedades onde imperava a solidariedade mecânica, isto é, as crenças e os valores comuns. Um dos elementos chave observados por Durkheim refere-se ao princípio individualista de justiça, uma vez que esse se toma o princípio coletivo e indispensável da ordem atual. As sociedades modernas só podem ser estáveis se respeitarem a justiça. Se esses valores comuns se debilitam, se a esfera dessas crenças se reduz demasiadamente, a sociedade fica ameaçada de desintegração o que Durkheim chama de Anomia.

11. (CRP-17-RN-ADVOGADO) Dispõe o artigo 1.º do Código Civil que toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil. Por outro lado, o artigo 2.º assevera que a personalidade civil da pessoa começa com o nascimento com vida. Com relação aos conceitos de capacidade e personalidade, assinale a alternativa correta.

A.	A partir do nascimento com vida, o ente passa a ser sujeito de direito e de deveres, tornando-se, porém, requisito inafastável, sendo que sua ocorrência ou não determina consequências da mais alta relevância, inclusive no aspecto sucessório.
B.	Sendo transitória a causa da impossibilidade de expressão da vontade, não se pode considerar uma pessoa como relativamente incapaz.
C.	A existência da pessoa natural somente termina com a morte natural ou física.
D.	Para a individualização da pessoa natural no seio da sociedade e da família, usa-se o prenome e o sobrenome, sendo vedado pela lei a alteração, exceto nos casos em que exponha a pessoa ao ridículo.
E.	O atual Código Civil dispõe que os direitos da personalidade possuem as mesmas características dos direitos de ordem patrimonial e, por consequência, possuem conteúdo econômico imediato, podendo-se, ainda, destacá-los da pessoa de seu titular.

12. Sobre os conceitos e das relações entre Direito e Economia, assinale a alternativa incorreta.

A.	Os conceitos da teoria econômica são relacionados ou dependentes do quadro de normas jurídicas do país. O aumento do papel regulador do governo na economia visa a garantia da defesa da concorrência e dos direitos dos consumidores.
B.	Direito Econômico – trata da regulação da atividade econômica, concorrência, regulamentação.
C.	Análise Econômica do Direito – É a aplicação de métodos da análise econômica para se tentar compreender os efeitos das normas ou decisões jurídicas sobre o comportamento dos agentes e, assim determinar se tais comportamentos são socialmente desejáveis.
D.	Os cidadãos ficam passivos diante da mudança de regras às quais são submetidos. A regra de direito controla, diretamente, o comportamento das pessoas.
E.	As normas jurídicas buscam regularizar as atividades econômicas para tornar os mercados mais eficientes e proporcionar melhor qualidade de vida para a população como um todo.

13. Segundo uma das escolas psicológicas, os seres humanos têm como principal desafio/conflito a resolução da seguinte questão: *Qual o sentido da vida?* Assinale a alternativa que corresponde a tal escola:

A.	Comportamentalismo.
B.	Estruturalismo.
C.	Funcionalismo.
D.	Humanismo.
E.	Nenhuma das anteriores.

14. Muitos teóricos da Psicologia se dedicaram ao estudo do desenvolvimento humano. Um deles criou o famoso termo “crise de identidade”, que é comum durante a adolescência. Seu nome é:

A.	Carl Jung.
B.	Abraham Maslow.
C.	Erik Erikson.
D.	Jacques Lacan.
E.	Jorge Trindade.

15. São instâncias da vida mental, segundo Sigmund Freud:

A.	O id e o ego, apenas.
B.	O ego, apenas.
C.	O id, o ego e o super-ego.
D.	Apenas o super-ego.
E.	Nenhuma das anteriores.

16. Leia o trecho a seguir, extraído do livro *Criminologia*, que trata da *Criminologia Crítica*.

Quando falamos de criminalização, seu processo é seletivo (escolhe quem quer punir). Esta escolha se projeta tanto para a criminalização primária (tipificação criminal das condutas em si, sendo que este processo também não é neutro), quanto para a criminalização secundária (quando se coloca em prática a aplicação da norma penal por meio das instâncias de controle, que também é seletiva). Fonte: BANDEIRA, T.; PORTUGAL, D. **Criminologia**. Salvador, BA: UFBA. p. 50.

Com base no texto, é correto afirmar que:

A.	O processo de criminalização não apresenta viés ideológico.
B.	As instâncias de controle podem ser seletivas, mas o apelo popular acaba por neutralizar possíveis desmandos que emanam dos poderes legalmente constituídos.
C.	A Criminologia crítica propõe que determinados segmentos são atingidos nos processos de tipificação criminal a partir da supremacia dos interesses dos detentores do poder econômico.
D.	A visão da Criminologia crítica é a de que não há interferência do poder econômico na criminalização primária.
E.	A Criminologia crítica entende que somente ocorre interferência do poder econômico na criminalização secundária.

17. A primeira teoria criminológica da Escola de Chicago é a teoria:

- | | |
|----|----------------|
| A. | Ecológica. |
| B. | Delinquente. |
| C. | Macrossocial. |
| D. | Microssocial. |
| E. | Reduccionista. |

18. Na tradição romano-germânica, usa-se a expressão *jus commune* (direito comum, em latim) para designar:

- | | |
|----|--|
| A. | Direito romano do período clássico elaborado pelos pretores, com vigência em todo o Império. |
| B. | Direito costumeiro do período subsequente à queda do Império Romano do Ocidente, constituído do direito romano “vulgar” e do direito dos povos bárbaros. |
| C. | Direito judiciário elaborado e aplicado pelos Tribunais Reais a partir do Século XI na Inglaterra. |
| D. | Direito romano compilado no <i>Corpus Juris Civilis</i> de Justiniano, estudado como um modelo de organização social nas universidades da Europa Continental a partir do Século XII. |
| E. | Direito legislado imposto pelos Estados formados ou fortalecidos nos Séculos XIV e XV, com vista à uniformização do direito em todo o território do reino. |

19. Assinale a alternativa correta, de acordo com o direito brasileiro:

- | | |
|----|---|
| A. | No Brasil o costume é a principal fonte do direito. |
| B. | Cabe ao Presidente da República sancionar e promulgar as Emendas Constitucionais. |
| C. | Leis Complementares somente podem ser aprovadas por maioria de 3/5 dos membros do Congresso Nacional. |
| D. | Normas relativas a Direito Penal podem ser editadas por Medida Provisória, desde que sejam favoráveis ao réu. |
| E. | <i>Vacatio legis</i> é o período de tempo entre a publicação e a entrada em vigor da lei. |

20. Assinale a alternativa correta:

- | | |
|----|---|
| A. | Na asserção “o direito brasileiro garante a propriedade privada”, emprega-se a expressão direito no sentido objetivo; já na asserção “a Constituição brasileira garante o direito de propriedade”, emprega-se a expressão direito no sentido subjetivo. |
| B. | As normas de Direito Privado tratam das relações dos indivíduos entre si e com o Estado; Já as de Direito Público tratam da organização interna do Estado e de suas relações com outros Estados. |
| C. | Para o Positivismo Jurídico, a lei injusta não pode ser considerada válida. |
| D. | Para o Jusnaturalismo, a adesão da sociedade a uma norma jurídica é condição suficiente para que esta seja considerada válida. |
| E. | Para o Realismo Jurídico, se a Constituição não prevê expressamente o costume como fato produtor do direito, as normas consuetudinárias não podem ser consideradas direito válido. |